



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1005442-56.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio**
 Requerente: **Condomínio Moradas São Carlos I- Acompanhado(a) pelo(a) Advogado(a) Dr(a). Salvador Spinelli Neto - REPRESENTADO PELO SR. LEONARDO CARUBA MOREIRA CPF: 233.714.938-22/RG: 458796633**
 Requerido: **Norival Violante Filho -CPF: 092.715.068-98/RG: 19.597.458 Desacompanhado de advogado.**

Aos 25 de agosto de 2015, às 16:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O(a) requerido(a) pagará ao requerente, por conta de todo o débito, referente as despesas vencidas de outubro/2013 a agosto/2015 o valor de **R\$2.900,00**, em **20 parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$145,00 cada uma**, vencendo-se a primeira em **22/09/15** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Os pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do patrono do autor, **Banco do Brasil - Agência 4780-5 C/C 2000-1**, em nome de LUIZ FERNANDO FAUVEL/CPF: 104.070.948-65, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo. O não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 269, III do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Luciana Cristina Bueno, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM Juiz:

Requerente(s):

Adv. Requerente(s):

Requerido(s):